

## Comissão Mista para Erradicação da Pobreza vota na quarta relatório final

Versão preliminar, divulgada pelo relator Roberto Brant, cria fundo constitucional para o combate à miséria, com recursos provenientes da arrecadação de vários tributos. Parlamentares podem apresentar novas sugestões até amanhã



Roberto Brant, os senadores Antônio Carlos Magalhães e Maguito Vilela, o deputado Heráclito Fortes e a senadora Marina Silva, durante a reunião de instalação da Comissão Mista Especial para a Erradicação da Pobreza, em 12 de agosto

Serão votadas na quarta-feira as conclusões da Comissão Mista Especial para a Erradicação da Pobreza. O relator, deputado federal Roberto Brant, apresentou uma versão preliminar do seu relatório no último dia 16.

Termina amanhã, porém, o prazo para os parlamentares oferecerem novas sugestões, que poderão ser incorporadas ao relatório final.

PÁGINA 3

### CCJ aprecia fundo contra a miséria

PÁGINA 2

### Tião Viana pede eficácia no controle do diabetes

O senador Tião Viana cobra uma política eficiente contra o diabetes, hoje uma das principais causas de acidentes cardiovasculares no país.

PÁGINA 8

**O DIABETES**  
ATINGE CERCA DE  
**5 MILHÕES**  
DE PESSOAS  
NO BRASIL

### Patrocínio quer incentivar a doação de órgãos

O Brasil deve realizar campanhas de esclarecimento para estimular a doação de órgãos, defendeu no plenário o senador Carlos Patrocínio.

PÁGINA 8

**O BRASIL**  
REALIZOU APENAS  
**87**  
TRANSPLANTES DE  
CORÇÃO EM 1998

## GOVERNADORES DA REGIÃO SUL DEBATEM AJUSTE FISCAL

Os esforços feitos pelos estados da região Sul para ajustar as despesas públicas às receitas disponíveis são o tema da audiência pública que será realizada amanhã, a partir das 10 horas, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Devem estar presentes os governadores Olívio Dutra (Rio Grande do Sul), Esperidião Amin (Santa Catarina) e Jaime Lerner (Paraná). A comissão já tinha ouvido antes os governadores das regiões Nordeste e Centro-Oeste.

PÁGINA 5

**Senado comemora Declaração dos Direitos da Criança**

PÁGINA 4

**Arrecadação de loterias poderá ter novo destino**

PÁGINA 5

# CCJ aprecia projeto para erradicar a miséria

Parecer de Lúcio Alcântara é favorável à proposta de emenda constitucional que cria o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, que poderá arrecadar recursos anuais entre R\$ 6 bilhões e R\$ 8 bilhões



A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprecia na quarta-feira, às 10 horas, proposta de emenda à Constituição de autoria do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) que cria o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. De acordo com a emenda, o fundo terá vigência de dez anos e será constituído por parcelas de diversos tributos e contribuições já

existentes, com previsão de arrecadar recursos anuais entre R\$ 6 bilhões e R\$ 8 bilhões.

A proposta aponta 13 fontes de receitas para o fundo, entre as quais 10% do FEF, 2% do IOF, 3% do Imposto sobre Importação, 1% do Imposto de Renda de estados e municípios com mais de 500 mil habitantes, 20% do PIS/Pasep direcionado ao BNDES, 10% dos recursos destinados ao Sebrae e 1% das movimentações financeiras das

CC-5. Também prevê o acréscimo de 10% do IPI sobre bens de luxo e supérfluos e, ainda, sobre o fumo e bebidas alcoólicas.

Em um parecer no qual sustenta que uma melhor distribuição de renda seria suficiente para diminuir os índices de miséria do país, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), relator da matéria, recomenda a aprovação da proposta. Ele diz acreditar que o redirecionamento dos recursos arrecadados

pelo governo para a constituição do fundo possibilita a erradicação imediata da indigência no país e a redução significativa da quantidade de pobres.

Na mesma sessão, a CCJ apreciará também proposta de alteração da Lei Eleitoral para permitir a criação de federação de partidos políticos. De autoria do senador José Agripino (PFL-RN), o projeto obteve parecer favorável do senador Edison Lobão (PFL-MA). Em cará-

ter terminativo, a comissão aprecia, ainda, parecer de Luzia Toledo (PSDB-ES) favorável a projeto de Moreira Mendes (PFL-RO) que determina a inclusão de fotografia no título eleitoral.

## MINISTRO

Amanhã, após a Ordem do Dia, a CCJ reúne-se para ouvir e debater com o ministro da Justiça, José Carlos Dias, questões relativas à redução de pena no contexto do Direito Penal Eficaz.

## AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 22 DE NOVEMBRO DE 1999

### PLENÁRIO

14h30 — Sessão não deliberativa

### PREVISÃO DA SEMANA

### PLENÁRIO

#### Terça-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: \*PR nº 116/99, que autoriza o município de Teresina (PI) a contratar operação de crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no valor de R\$ 3,4 milhões, destinada à implantação do Projeto de Modernização da Administração Tributária do Município; segundo dia de discussão da \*PEC nº 6/99, que assegura aos remanescentes dos quilombos o direito de propriedade sobre as terras que ocupam e garante a preservação de suas comunidades; \*PLC nº 35/99, que altera a redação e revoga dispositivos da Lei nº 7.501/86 (Serviço Exterior); \*PLC nº 36/99, altera a Lei nº 9.503/97, que institui o Código de Trânsito Brasileiro; \*PDL nº 110/98, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Imprensa OM de Anápolis (GO); \*PDL nº 112/98, que aprova o ato que renova a concessão da Fundação Padre Pelágio para rádio OM em Goiânia (GO); \*PDL nº 117/98, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora OM de Bom Despacho (MG); \*PDL nº 125/98, que aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Clube FM de Oswaldo Cruz (SP); \*PDL nº 133/98, que aprova o ato que renova a concessão da TV Bandeirantes em Curitiba (PR); \*PDL nº 138/98, que aprova o ato que renova a concessão da Ultra Radiodifusão Ltda. para rádio FM em Rio Grande (RS); \*PDL nº 139/98, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Sêneca OM de Toledo (PR); \*PDL nº 141/98, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Guaçu OM de Toledo (PR); \*PDL nº 161/99, que aprova o ato que retifica o Decreto nº 91.819/85, que renova a concessão outorgada à TV Record de Rio Preto (SP); substitutivo do Senado ao \*PLC nº 24/98, que dispõe sobre o piso salarial dos médicos e cirurgiões-dentistas, alterando dispositivos da Lei nº 3.999/61; substitutivo do Senado ao \*PLC nº 49/98, que cria o Dia Nacional de Vacinação da Terceira Idade e o programa de vacinação em pessoas que alcançaram a terceira idade, internadas ou recolhidas em instituições geriátricas; \*PR nº 99/99, que autoriza o estado do Piauí a contratar operação de refinanciamento de dívidas do estado, consubstanciada no contrato de confissão, assunção, consolidação e refinanciamento de dívidas, celebrado com a União, em 1998, com base no protocolo de acordo firmado entre a União e o governo do Piauí, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor de R\$ 250,6 milhões; e \*Requerimento nº 664/99, da senadora Luzia Toledo, solicitando tramitação conjunta dos PLSs nºs 166/96 e 330/99, por regulararem a mesma matéria.

#### Quarta-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: \*PLC nº 48/99, que altera a legislação tributária federal (Imposto de Renda); \*PEC nº 6/99, que assegura aos remanescentes dos quilombos o direito de propriedade sobre as terras que ocupam e garante a preservação de suas comunidades; \*PDL nº 102/98, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Jornal OM de Canindé (CE); \*PDL nº 103/98, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Educadora Trabalhista FM em Ubá (MG); \*PDL nº 142/98, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio TV do Maranhão Ltda. para rádio OM em São Luís (MA); e \*PLS nº 405/99, que altera o inciso XIII do art. 9º da Lei nº 9.317/96, para

permitir que os profissionais nele arrolados possam optar pelo Simples.

#### Quinta-feira

10h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Primeiro dia de discussão, em segundo turno, da \*PEC nº 1-A/95, que institui novas regras para edição e tramitação de medidas provisórias; quarto dia de discussão, em primeiro turno, da \*PEC nº 6/99, que assegura aos remanescentes dos quilombos o direito de propriedade sobre as terras que ocupam e garante a preservação de suas comunidades; \*PDL nº 105/98, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rede Norte Sul de Comunicação Ltda. para rádio FM em Porto Alegre (RS); \*PDL nº 107/98, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio e TV Portovisão Ltda. para rádio OM em Porto Alegre (RS); \*PDL nº 111/98, que aprova o ato que renova a concessão da Emissora Santuário OM em Serafina Corrêa (RS); \*PDL nº 113/98, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Estância FM de São Lourenço (MG); e \*PDL nº 58/99, que aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Montanha Ltda. para rádio OM em Viçosa (MG).

#### Sexta-feira

9h — Sessão não deliberativa

### COMISSÕES

#### Terça-feira

10h — Comissão de Assuntos Econômicos

1ª parte — Pauta: \*Mensagem nº 189/99, que propõe ao Senado seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$ 300 milhões, entre o Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), destinada ao financiamento parcial do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros (PNAFM); \*Ofício "S" 28/99, que encaminha ao Senado, nos termos do art. 5º da Resolução nº 69/96, o relatório sobre a operação de emissão de Bônus Global pelo Brasil, no valor de US\$ 3 bilhões, títulos de mercado internacional, sendo US\$ 2 bilhões resultantes de tranche em dinheiro e US\$ 1 bilhão decorrentes de troca de bônus Brady; e \*Mensagem nº 181/99, que propõe ao Senado seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$ 202 milhões entre o Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), destinada ao financiamento parcial do Projeto Fundescola II, segunda etapa do Programa de Fortalecimento da Escola (Fundescola/União), a cargo do Ministério da Educação.

2ª parte — Audiência pública com os governadores da região Sul com a finalidade de discutir o ajuste fiscal e a formação de uma frente para implementação de políticas especiais de desenvolvimento regional. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

11h30 — Comissão de Educação

Pauta: \*PLS nº 491/99, que altera a redação do artigo 9º da Lei nº 9.615/98, que institui normas gerais sobre desportos; \*PLC nº 54/99, que altera o nome do Aeroporto Campo dos Palmares do estado de Alagoas; \*PLS nº 510/99, acrescenta a letra "r" ao art. 38 da Lei nº 4.117/62, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações; \*PLS nº 382/99, que estabelece a gratuidade de livros didáticos para alunos da rede pública; \*PLS nº 339/99, que denomina o trecho da BR-262, entre o Bairro Jardim América e o Trevo da Ceasa, no município de Cariacica (ES), como "Mário Gurgel"; \*PLS nº 218/99, que denomina "Senador João Calmon" a Escola Técnica Federal do Espírito Santo (Uned), de Colatina; \*PLS nº 340/99, que dispõe sobre a instituição do Dia Nacional do Imigrante Italiano; \*PLS nº 512/99, denomina "Rodovia Luiz Carlos Prestes" o trecho que especifica, da

rodovia BR-020; e os \*PDLs nºs 110/95, 134/98, 173/99, 198/99, que aprovam atos que renovam concessão e permissão para a exploração de serviço de radiodifusão sonora. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15*

14h — Comissão Mista Especial para a Erradicação da Pobreza

Pauta: Apresentação final de sugestões ao relatório. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

Após a Ordem do Dia — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Exposição do ministro da Justiça, José Carlos Dias, a respeito do Direito Penal Eficaz (redução de pena). *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

Quarta-feira

9h — Comissão Mista Especial para a Erradicação da Pobreza

Pauta: Leitura e votação do relatório final. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

10h — Comissão de Assuntos Sociais

Audiência pública com Martus Tavares, ministro do Orçamento e Gestão; Aurélio Vianna Júnior, representante da Rede Brasil; Antônio Cláudio Soachaczewski, diretor-executivo do Brasil no Banco Interamericano de Desenvolvimento; e Murilo Portugal, diretor-executivo do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, com a finalidade de discutir e avaliar as propostas e políticas que estão sendo formuladas para o Brasil, através das duas instituições, e os impactos dos financiamentos sobre as políticas para a área social. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Emenda nº 1 de plenário ao substitutivo do \*PL nº 180/99, que acrescenta parágrafos ao art. 13 da Lei nº 9.096/95, de modo a permitir a criação de federação de partidos políticos, revoga o art. 57, para permitir a vigência imediata do art. 13 da referida lei, e altera a redação do parágrafo 2º do art. 47 da Lei nº 9.504/97; \*PEC nº 37/99, que cria o Conselho Nacional de Justiça; \*PEC nº 67/99, que altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza; \*PLS nº 536/99, que altera dispositivos da Lei nº 4.898/65 e da Lei nº 8.429/92; \*PLS nº 113/99, que proíbe a criação, reprodução, importação e comércio de cães da raça pit bull; \*PLS nº 226/99, que altera o art. 6º da Lei nº 7.444/85, para determinar a inclusão de fotografia no título eleitoral e considerar este documento de identidade válido em todo o país; \*PLS nº 205/99, que acrescenta o parágrafo 1º ao artigo 9º da Lei nº 4.591/64; emendas de plenário nºs 2, 3 e 4 ao \*PLS nº 23/99 — Complementar, que autoriza o Poder Executivo a incluir municípios de Minas Gerais situados no Entorno do Distrito Federal na Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno; \*PLS nº 82/99, que autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo Brasil de Cidadania e instituir o conselho deliberativo desse fundo; e \*PLS nº 213/99 — Complementar, que altera o inciso V do art. 1º da Lei Complementar nº 64/90. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

10h30 — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: Exposição do presidente da Fundação Bienal de São Paulo, Edmar Cid Ferreira, sobre o tema "Brasil 500 Anos de Artes Visuais". *Ala Senador Ala Alexandre Costa — Sala 7*

### ESPECIAL

#### Terça-feira

10h às 12h — Palestra sobre o tema "Bug do Milênio"

Convidado: Marcos Ozório de Almeida, secretário-executivo adjunto da comissão coordenadora do Programa Ano 2000, do governo federal. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Ademir Andrade

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Nabor Júnior

4º Secretário: Casildo Maldaner

Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúcio Coelho  
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211

Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1070

Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3170

Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3327

Editor-Chefe: João Carlos Ferreira da Silva

Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, Djalba Lima e Sylvio Costa

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Cirilo Quartim

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Impressa pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# Comissão discute relatório final na quarta-feira

Documento elaborado pelo relator, o deputado Roberto Brant, inclui, entre as propostas de combate à miséria, criação do fundo constitucional sugerido pelo senador Antonio Carlos Magalhães. Prazo de sugestões termina amanhã

## Marina elogia trabalho, mas propará emendas

A senadora Marina Silva (PT-AC) comunicou que vai apresentar um voto em separado ao relatório do deputado Roberto Brant (PFL-MG). Ela explicou que não é contrária às conclusões do relator, mas tem quatro sugestões de modificações que deverão ser votadas juntamente com o relatório.

Marina elogiou o trabalho dos membros e do relator da comissão, referindo-se especificamente ao procedimento democrático e à qualidade técnica do relatório de Brant. Disse, no entanto, "que o documento tem falhas de conteúdo político que precisam ser corrigidas". Se seu voto em separado não for aprovado, informou Marina, ela vai apresentar emendas ao relatório do deputado.

Uma de suas sugestões é que os recursos para o combate à pobreza sejam da ordem de R\$ 8 bilhões e não de R\$ 4 bilhões, como propõe o relator. "Não tem sentido ficarmos três meses procurando soluções para diminuir a pobreza e chegarmos a um valor menor do que aquele sugerido pelo senador Antonio Carlos Magalhães quando lançou a idéia", observou a senadora.

Outra proposta de Marina é a criação de um orçamento social com recursos previamente definidos e que não poderão ser desviados para outro setor. "O próprio presidente Fernando Henrique Cardoso reconheceu que, apesar de o país aplicar 20% de seu Produto Interno Bruto em áreas sociais, essas verbas não são bem aplicadas".

A senadora pretende ainda fazer uma terceira mudança no relatório do deputado, esta sobre o Conselho Nacional de Solidariedade. Ela apóia a criação do órgão, mas, em sua opinião, os nove membros que o comporão deverão ser indicados de forma paritária e não apenas pelo governo, como sugere Roberto Brant.

Marina também disse que é contra a idéia de esse conselho ser responsável pela definição do perfil dos pobres que irão receber o bônus intitulado "renda de cidadania". "Essa deve ser uma atribuição do Congresso", declarou a senadora, que também espera que o relator inclua a possibilidade de as pessoas pobres, mesmo sem filhos, serem ajudadas.

Marina Silva aproveitou para informar que um dos dados que mais



Para Marina, Congresso deve decidir sobre quem poderá receber "renda de cidadania"

chamou a atenção dos membros da Comissão Mista para Erradicação da Pobreza foi o resultado de um levantamento feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostrando que a região Norte foi a única em que cresceu o número proporcional de indigentes nesta década, sendo o estado de Roraima o que demonstrou a maior elevação dos índices.

Em aparte, Romero Jucá (PSDB-RR) lamentou o diagnóstico do Ipea e disse que esse resultado se deve à "ausência de uma ação social nesses locais e de uma política de desenvolvimento sustentável para a região". Marina concordou, acrescentando que há também o descaso dos governantes locais com a situação e a desestruturação das indústrias extrativistas que sustentavam a economia regional.

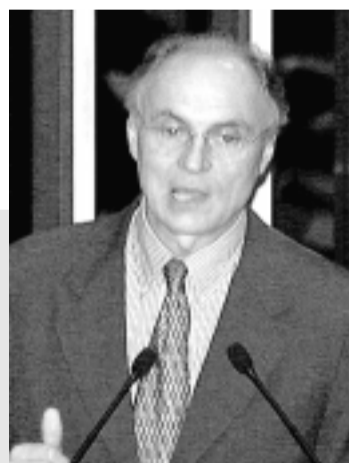
## Suplicy sugere aperfeiçoar programas que já existem

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) sugeriu o aperfeiçoamento dos mecanismos de renda mínima, ao comentar, na sexta-feira, proposta do relator da Comissão Mista para a Erradicação da Pobreza, deputado Roberto Brant (PFL-MG), de concessão de um bônus de solidariedade a famílias pobres, a ser descontado em banco. O controle seria feito por meio de comparecimento a posto de saúde, onde os filhos seriam examinados, e a concessão ficaria a cargo de um conselho.

Suplicy disse concordar com o diagnóstico traçado por Brant, para quem o melhor critério para se medir a eficácia das políticas públicas é o índice de pobreza. Mas o parlamentar petista questionou se

seria mais apropriado criar um programa ou aperfeiçoar os programas que estão em vigor ou previstos em projetos de lei já em tramitação. Ele citou os programas de renda mínima associados à educação (bolsa-escola, por exemplo), inclusive os coordenados pelo Ministério da Educação.

O senador lembrou que um projeto de lei garantindo renda mínima (aprovado pelo Senado em 1991) está em tramitação na Câmara; outro projeto, apresentado este ano, modifica os termos do benefício previsto na proposição de 1991. Para Suplicy, é fundamental que a renda mínima, entendida como pressuposto da cidadania, seja estabelecida em mecanismo legal



Suplicy: projeto garantindo renda mínima foi aprovado pelo Senado em 1991 e está na Câmara

aprovado pelo Congresso, sem que isso possa ser modificado por um conselho:

– Precisamos avançar no direito de todas as pessoas compartilharem a renda nacional – disse Suplicy.

A Comissão Mista Especial para a Erradicação da Pobreza vota seu relatório final na quarta-feira, em reunião marcada para as 9h. O documento, elaborado pelo deputado Roberto Brant (PFL-MG), contém as conclusões do relator sobre os trabalhos da comissão e inclui propostas para o combate à miséria no país. Até amanhã, os parlamentares podem oferecer sugestões à versão preliminar do relatório, apresentada à comissão no último dia 16.

No documento preliminar, Roberto Brant recomendou a elaboração de uma proposta de emenda constitucional instituindo o Fundo Constitucional de Erradicação da Pobreza, formado com percentuais de vários impostos já existentes. Na opinião

do relator, a proposta contempla os principais pontos de projeto apresentado pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), que também cria um fundo de combate à pobreza.

Brant cria também uma Contribuição Social sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e Créditos de Natureza Financeira. Entre as fontes de receita para o mencionado fundo, está um adicional de cinco pontos percentuais sobre a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre supérfluos, como fumo e bebidas alcoólicas. Esse ponto foi aceito sem restrições pelos integrantes da comissão, durante a reunião realizada no dia 16.



## Simon defende criação de um "banco popular"

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) defendeu, em discurso no plenário na sexta-feira, a criação de um "banco popular" para o cidadão "que não tem nada". Ele informou que apresentará emenda neste sentido à proposta de emenda constitucional que cria o Fundo de Erradicação da Pobreza – parte do relatório do deputado Roberto Brant (PFL-MG) na Comissão Mista para a Erradicação da Pobreza:

– O Brasil não tem, até hoje, uma proposta social vitoriosa, todas ficaram pela metade. O país tem tantas leis, tantos projetos, tantas entidades preocupadas com o social, mas nada funciona. Somos de uma incompetência, de uma falta de sensibilidade e profundidade impressionantes nesse sentido. A gente se esforça mas não consegue um projeto nacional, amplo, aberto e com alcance – disse.

Para Simon, o relator é "bem intencionado", mas "não foi feliz em suas conclusões". O senador comentou que o relatório faz uma análise sobre cada projeto examinado pela comissão – e que continuarão tramitando de forma independente – e apresenta como proposta final a criação do Fundo de Erradicação da Pobreza:

– O fundo não pode ser apro-



Simon elogiou chance dada pela comissão de se discutir a pobreza "de modo concreto e real"

vado como o relator quer, com a criação de um conselho de nove membros, que decidirão como serão feitas as aplicações, todos escolhidos pelo governo federal.

O senador também lançou a idéia de criação de um fundo para obras necessárias, em que o governo entregaria o dinheiro diretamente à comunidade para obras sociais "de absoluta necessidade". Ele disse ter tido uma experiência vitoriosa nesse sentido quando foi governador do Rio Grande do Sul.

Simon elogiou a oportunidade criada pela comissão de discutir a pobreza de frente, "de modo concreto e real" e destacou a importância da apresentação de números, conceitos e experiências concretas nas audiências da comissão.

# Senado comemora 40º aniversário da Declaração dos Direitos da Criança

Na quarta-feira, o plenário aprecia projeto que prorroga até 2003 a vigência da alíquota de 27,5% do Imposto de Renda para pessoas que ganham mais de R\$ 1.800 mensais

O plenário do Senado Federal comemora amanhã o 40º aniversário da Declaração dos Direitos da Criança. Atendendo a requerimento do senador Tião Viana (PT-AC), a comemoração ocorrerá no tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente, a partir das 14h30. Além do próprio Tião Viana, estão inscritos, como oradores, os senadores Gilvam Borges (PMDB-AP), Heloísa Helena (PT-AL), Ademir Andrade (PSB-PA), Emilia Fernandes (PDT-RS), Geraldo Cândido (PT-RJ), Eduardo Suplicy (PT-SP), Maguito Vilela (PMDB-GO) e Lúcio Alcântara (PSDB-CE).

Na Ordem do Dia de amanhã, o plenário discute, em turno único, 15 matérias, como a renovação de concessões de rádios e TVs em vários estados e a autorização para que a cidade de Teresina (PI) contrate empréstimo junto ao BNDES, no valor de R\$ 3,4 milhões, para a implantação do projeto de modernização da administração tributária do município. Ainda amanhã, transcorre o segundo dia de discussão, em primeiro turno, da proposta de emenda constitucional que assegura aos remanescentes dos quilombos o direito de propriedade sobre as terras que ocupam e garante a preservação de suas comunidades. A discussão da matéria segue até o próximo dia 30, quando completará os cinco dias.

Na quarta-feira, o plenário discute em turno único projeto de lei que altera a legislação tributária federal, prorrogando até o ano de 2003 a vigência da alíquota de 27,5% do Imposto de Renda para as pessoas físicas que recebem mensalmente acima de R\$ 1.800,00 ou têm ganhos anuais acima de R\$ 21.600,00. Também será discutido em turno único projeto que estende a várias categorias profissionais a opção pelo sistema Simples de tributação, desde que a receita bruta anual não seja superior a R\$ 120 mil.

Na quinta-feira, o Senado tem o primeiro dia de discussão, em segundo turno, do substitutivo à PEC da Câmara dos Deputados que regulamenta a edição de medidas provisórias pelo presidente da República.



Geraldo Melo recepcionou veteranos da II Guerra Mundial no Auditório Petrônio Portella

## Geraldo Melo elogia coragem de pracinhas

“Foi a coragem das forças aliadas, das quais fizeram parte os pracinhas brasileiros, que conseguiu abrir o caminho para a liberdade e para o enterro de noções arcaicas de superioridade racial”, afirmou na sexta-feira o senador Geraldo Melo (PSDB-RN), ao recepcionar, no Auditório Petrônio Portella, cerca de 300 veteranos da Segunda Guerra mundial.

Reunidos em Brasília para um encontro nacional dos ex-combatentes, os veteranos foram recebidos, no Executivo, pelo vice-presidente da República, Marco

Maciel e, no Congresso, pelo 1º vice-presidente do Senado. Em seu discurso, Geraldo Melo disse compartilhar do sentimento de carinho que o povo brasileiro tem pelos ex-pracinhas e pela bravura e desprendimento com que defenderam a liberdade.

— Ali, nos campos de batalha ou na espera da convocação, os senhores souberam mostrar o quanto vale o amor por este país. Eu sei que os senhores ofereceram a vida não apenas pela terra brasileira, mas pela gente brasileira — disse o senador.

O general César Montanha de Sousa, presidente do conselho deliberativo da Associação Nacional dos Veteranos da FEB, afirmou que os pracinhas ainda vivos se sentiam honrados em ser recebidos no Congresso Nacional, mas observou que Brasília até hoje não abriga um monumento em homenagem a esses veteranos. Ele afirmou que muitas cidades brasileiras de menor porte já têm monumentos como esse, às vezes apenas porque um dos seus habitantes foi expedicionário.



Os manifestantes visitaram Melo acompanhados do deputado Paulo Paim

## Senador recebe comitiva de modelos negros

O primeiro vice-presidente do Senado, Geraldo Melo (PSDB-RN), recebeu na manhã de sexta-feira uma comitiva de modelos negros que fizeram a pé o trajeto de Belo Horizonte a Brasília, para protestar contra a falta de oportunidades de trabalho em função de discriminação racial.

O deputado Paulo Paim (PT-RS) acompanhou o gru-

po na visita ao senador e comentou que há mais de 15 projetos em tramitação nas duas Casas do Congresso Nacional com o propósito de tornar efetivo o dispositivo constitucional que proíbe a discriminação racial.

Geraldo Melo manifestou solidariedade ao grupo e confiança no êxito dos negros em sua luta pela inserção social e profissional.

## Tião Viana alerta para casos de hanseníase



O senador Tião Viana (PT-AC) alertou para o grande número de casos de hanseníase no Brasil, durante entrevista concedida à TV Senado, que vai ao ar hoje, às 20h30.

Segundo dados apresentados pelo parlamentar, a cada 12 minutos é registrado um novo caso da doença no país, que detém o segundo lugar em número de vítimas no mundo.

Viana lembrou que, na última visita ao Acre, o presidente Fernando Henrique Cardoso prometeu se empenhar no desenvolvimento de uma campanha de erradicação da hanseníase. Na opinião do senador, o governo nem precisa investir mais recursos além do montante já alocado nas verbas do Ministério da Saúde para combater a doença.

“São 14 milhões de reais por ano previstos no orçamento do Ministério da Saúde que, se forem bem aplicados, eliminarão totalmente a doença no país num período de três anos”, afirmou.

O senador ressaltou que há muita desinformação e preconceito contra a hanseníase e lembrou o estigma que acompanha os leprosos desde o início da era cristã, quando eram isolados em cavernas. “Ainda hoje há muito preconceito que atrapalha um enfrentamento mais eficaz da doença”, disse.

Viana explica que, apesar da doença se concentrar nas regiões Norte e Nordeste do país, ela atinge todas as camadas sociais e em todas regiões.

## Obesidade mata mais de 80 mil por ano

Mais de oitenta mil pessoas morrem por ano de doenças relacionadas à obesidade no Brasil. Além do peso excessivo, comer mal pode aumentar o colesterol e trazer problemas para o coração. Esse é o tema do programa *Consulta Marcada*, que convidou a nutricionista Denise Coitinho para falar sobre o assunto.

Denise Coitinho, consultora do Ministério da Saúde e professora de nutrição materno-infantil na UnB, disse que assim como nos Estados Unidos, o Brasil já deve se preocupar com o crescimento de pessoas acima do peso.



# CAE avalia ajuste com governadores do Sul

Audiência pública que começa amanhã, às 10h, na Comissão de Assuntos Econômicos, tem como objetivo, também, a formação de uma frente para implementação de políticas especiais de desenvolvimento regional

Em audiência pública da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) marcada para amanhã, às 10 horas, os governadores da região Sul discutirão a situação dos estados no contexto do ajuste fiscal do governo federal e a formação de uma frente para a implementação de políticas especiais de desenvolvimento regional.

Foram convidados para a reunião os governadores Jaime Lerner (Paraná), Esperidião Amin (Santa Catarina) e Olívio Dutra (Rio Grande do Sul). Os chefes de Executivos estaduais estão sendo chamados por região, para debater a questão na CAE.

Antes da audiência com os governadores, o plenário da comissão votará, em caráter não terminativo, duas mensagens presidenciais em que o Executivo solicita ao Senado autorização para realizar duas ope-

A Comissão de Assuntos Econômicos deve votar, também, autorizações para duas operações de financiamento externo

rações de financiamento externo. A primeira diz respeito a contratação de empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no valor de até US\$ 300 milhões, destinados ao financiamento parcial do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros.

A segunda operação de crédito proposta pelo governo federal, no valor de até US\$ 202 milhões, destina-se a financiar parcialmente o Projeto Fundescola II, segunda etapa do Programa de Fortalecimento da Escola, a cargo do Ministério da Educação. As solicitações recebe-



ram pareceres favoráveis dos relatores designados pela CAE, respectivamente, senadores Luiz Estevão (PMDB-DF) e Osmar Dias (PSDB-PR).

Outra matéria prevista na pauta da comissão é o parecer do senador José Fogaça (PMDB-RS), favorável à aprovação do relatório

do Banco Central sobre a operação de emissão de bônus global por parte do governo brasileiro no mercado internacional.

## CAS debate impacto dos financiamentos externos sobre políticas para área social

As propostas e políticas públicas formuladas para o Brasil através do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) serão tema de audiência pública que a Comissão de Assuntos So-

ciais (CAS) realiza na quarta-feira, às 10 horas.

Um dos focos do debate será a avaliação dos impactos dos financiamentos daquelas agências multilaterais sobre as políticas públicas brasileiras para a área social.

A audiência contará com as pre-

senças de Martus Tavares, ministro do Orçamento e Gestão; Aurélio Viana Júnior, representante da Rede Brasil; Antônio Cláudio Soachaczewski, diretor-executivo do Brasil no BID; e Murilo Portugal, diretor-executivo do Bird e do Fundo Monetário Internacional (FMI).

## Comitê Olímpico pode ficar com parte da verba de loterias

Projeto que determina a destinação de 10% da arrecadação bruta dos concursos de prognósticos e loterias federais ao Comitê Olímpico Brasileiro (COB) é um dos pontos da pauta da reunião da Comissão de Educação (CE), amanhã. Além disso, a iniciativa do senador Pedro Piva (PSDB-SP) determina que seja concedida, anualmente, ao Comitê Paraolímpico Brasileiro a arrecadação líquida total de um dos testes da Loteria Esportiva Federal. Nos anos de realização dos Jogos Olímpicos e dos Jogos Pan-Americanos, o COB receberá receita líquida de um segundo teste.

Na justificativa da proposta, o senador afirma que a aproximação da data dos Jogos Olímpicos do ano 2000, em Sidney, na Austrália, reacende um debate já conhecido dos setores que militam pela causa do esporte nacional: o da perene escassez de recursos que prejudica o setor.

— É fato inegável que o esporte brasileiro não tem recebido, nem por parte do Poder Público, nem por parte do investidor privado, o suporte financeiro indispensável para o seu completo desempenho e a justa obtenção de prêmios e do reconhecimento internacional. O exemplo dos recentes Jogos Pan-Americanos reforça a



Pedro Piva é o autor do projeto que fortalece o esporte olímpico, a ser votado pela CE

tese — defendeu o senador.

A pauta da CE prevê a votação de outros 11 itens, entre eles deliberações sobre o funcionamento de quatro emissoras de rádio. Também encontra-se na pauta o projeto do senador Geraldo Cândido (PT-RJ), estabelecendo a gratuidade dos livros didáticos para os alunos da rede pública. A relatora, senadora Luzia Toledo (PSDB-ES), e o senador José Jorge (PFL-PE), este por meio de voto em separado, posicionaram-se favoravelmente à proposta, oferecendo substitutivo.

## CRE conhecerá detalhes da mostra sobre os 500 anos de artes visuais no Brasil

A mostra sobre os 500 anos de artes visuais no Brasil é o tema de audiência que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) realiza na quarta-feira. O presidente da Fundação Bienal de São Paulo, Edmar Cid Ferreira, apresentará aos senadores detalhes da organização da mostra, totalmente financiada pela iniciativa privada, que percorrerá 16 capitais brasileiras, entre abril de 2000 a março de 2002.

No dia 28 de setembro, em visita ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães e ao presidente da CRE, senador José Sarney (PMDB-AP), Edmar Ferreira, René Mancini e Pedro

Sarney presidirá a audiência em que os organizadores falarão sobre a mostra



Paulo Sena Madureira, integrantes da comissão organizadora do evento, disseram que a mostra poderá ser vista também em alguns dos maiores museus do mundo: o Louvre e o Jeu de Paume, em Paris; o British Museum, de Londres; o Gulbenkian de Lisboa e os Guggenheim, de Nova York e da

Espanha. Mas um dos pontos altos do evento será o retorno ao Brasil, pela primeira vez, dos quadros de Franz Post, que serão exibidos ao lado de algumas das nossas melhores peças de arte negra, sacra e moderna, inclusive com parte do acervo do Museu do Inconsciente de Nise da Silveira.

# Mozarildo quer plano para Amazônia

Ao avaliar seminário promovido pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, o senador pediu estratégia para o desenvolvimento e maior integração de órgãos federais que atuam na região

O seminário "Amazônia – Patrimônio Ameaçado?", encerrado na semana passada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), constatou a falta de coordenação entre as atividades dos diversos órgãos federais em atuação na região, afirmou na sexta-feira o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR). Ele reclamou também da ausência de um plano de desenvolvimento para a região.

De acordo com o parlamentar, os vários órgãos subordinados ao governo federal em atuação nos estados amazônicos entram constantemente em choque. Citou o exemplo de um colono que, assentado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), é em seguida multado pelo Instituto Nacional do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) por ter des-



Mozarildo Cavalcanti observou que agências federais constantemente entram em choque na região amazônica

matado, para plantio, parte da vegetação natural do lote em que foi instalado.

Mozarildo acrescentou que esses colonos não têm qualquer forma de financiamento para a produção. O senador citou reportagem publicada pela revista *Veja*, segundo a qual Roraima é hoje o estado que mais recebe migrantes na região Norte, tanto de outros estados da própria região

como também do Nordeste. Porém, a terra é pouca: segundo ele, apenas 12% da extensão de Roraima são verdadeiramente do estado, sendo o restante constituído de áreas de preservação ambiental ou reservas indígenas.

– É preciso mostrar ao governo federal que uma imensa região brasileira como a Amazônia não pode ficar abandonada – afirmou. Para o senador, a Amazônia não

é um patrimônio ameaçado, mas "em plena usurpação" pelos organismos internacionais e pelo G-7, grupo que reúne os sete países mais ricos do mundo. Ele afirmou que, segundo a própria Fundação Nacional do Índio (Funai), 38 das 41 organizações não-governamentais que atuam na região são estrangeiras.

O senador lamentou a rejeição de projeto da senadora Marina Silva (PT-AC), que destinava 1% do Fundo de Participação dos Estados (FPE) aos estados que possuem reservas indígenas e naturais. Por fim, comunicou o pleito que fez ao ministro da Justiça, José Carlos Dias, para que um índio seja indicado para a presidência da Funai. Segundo o senador, ninguém melhor para gerir os negócios dos índios do que um deles.



Luiz Estevão lamentou "insistente equívoco" da imprensa sobre relatório da CPI do Judiciário

## Estevão pede para não relatar parte do Plano Plurianual

Em nota distribuída à imprensa na sexta-feira, o senador Luiz Estevão (PMDB-DF) informa que pediu à liderança do PMDB que o desobrigue da função de sub-relator do Plano Plurianual de Investimentos (PPA) e indique outro parlamentar para o trabalho. Explica que terá de se ausentar do Congresso entre os dias 23 e 29 devido a um caso grave de doença de um dos membros mais próximos de sua família e, se não solicitasse a substituição, haveria atraso na votação do PPA.

Luiz Estevão diz que, ante o "insistente equívoco" da imprensa de noticiar que o relatório da CPI do Judiciário o acusou da prática de atos ilícitos, pretende se dedicar nos próximos dias à tarefa de esclarecer a opinião pública "sobre a verdade dos fatos e o efetivo teor do relatório".

– Na verdade, nas quatro referências feitas à minha pessoa e ao Grupo OK, existe apenas a recomendação para que o Ministério Público prossiga na apuração dos fatos que foram alvo de investigação por parte da comissão. Não há qualquer acusação contra a minha pessoa ou às empresas do Grupo OK – sustenta o senador.

Luiz Estevão afirma que, se a CPI tivesse recolhido provas e evidências de algum ato ilícito praticado por ele ou por seu grupo empresarial, com certeza a comissão de inquérito teria "manifestado sua convicção de modo enfático", inclusive formalizando uma denúncia contra sua pessoa.

Na nota à imprensa, o senador se diz surpreso que a CPI, embora não tenha considerado suficientes as informações prestadas pelo Grupo Monteiro de Barros, não tenha pedido novos documentos ou reconvoção para depor o proprietário da empresa. Ele reiterou que o relatório não faz alusão à sua conduta como senador, o que, para ele, mostra a correção com que tem exercido a atividade parlamentar.

O aprofundamento das investigações, recomendado pela CPI ao Ministério Público, só irá beneficiar o senador, acrescenta a nota, pois deixará evidente sua "completa desconexão com a obra do TRT de São Paulo".

## Jucá aplaude debate sobre redução de maioria penal

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) aplaudiu a realização do debate, na última quinta-feira, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), sobre duas propostas de emenda à Constituição (PEC) que pretendem diminuir a idade penal no Brasil, tornando possível a punição de jovens a partir dos 16 anos.

– Não propus rebaixar para 16 anos a imputabilidade dos menores para todos os crimes, mas apenas quando se tratar de crime contra a vida ou contra o patrimônio cometido com violência ou grave ameaça à pessoa – explicou Jucá, autor de uma das PECs.

A outra proposta foi apresentada pelo senador José Roberto Arruda (PSDB-DF). As duas PECs tramitam em conjunto na CCJ, com o mesmo relator, o senador Amir Lando (PMDB-RO).

Para Jucá, as crianças brasileiras são vítimas do crime organizado, que utiliza menores para trabalhos como tráfico de drogas e até chacinas.

– Por não poderem ser punidos com mais rigor, em decor-



Romero Jucá vê crianças brasileiras vítimas do crime organizado

rência de sua idade, os jovens são aliciados e corrompidos pelas quadrilhas – explicou.

Romero Jucá afirmou que debates como o que teve lugar na CCJ são profícuos porque dão a setores da sociedade a possibilidade de opinar sobre a legislação,

antes que ela seja aprovada no Congresso.

– O ministro do Superior Tribunal de Justiça Francisco de Assis Toledo, a jornalista Valéria Velasco e o professor Licínio Leal Barbosa, da Universidade de Goiás, tiveram a oportunidade de manifestar opiniões favoráveis à idéia, desde que se possa garantir um tratamento diferente das atuais Febens para os infratores.

Segundo Jucá, a imputabilidade começa cedo na França (aos 13 anos), na Itália (aos 14 anos) e na Grã-Bretanha (aos dez anos).

– É claro que o sistema e a sociedade brasileiras são diferentes, mas não podemos fugir da necessidade de aprovar uma legislação contemporânea – disse.

## Ademir Andrade critica corte de verbas para usina no Pará

O contingenciamento de recursos previstos no Orçamento da União para o funcionamento de uma usina estatal de açúcar e álcool foi criticado na sexta-feira pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA). Localizada no Pará, a usina Pacal voltou à administração do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) há seis anos, depois que a gestão privada levou a empresa à falência. Desde então, a usina tem tido suas atividades prejudicadas pela falta de recursos para o pagamento dos produtores de cana.

Segundo Ademir Andrade, os produtores aguardam a liberação pelo governo de R\$ 1 milhão referentes à cana moída, e não paga, pela usina. Anualmente são produzidos na Pacal 450 mil sacas de açúcar e três milhões de litros de álcool.

– Por causa da burocracia do governo Fernando Henrique, a produção ficou perdida, o álcool está estocado e os produtores, endividados no Banco do Brasil e no Banco da Amazônia – disse Ademir.

Para tentar liberar os recursos, um grupo de produtores está em Brasília há 60 dias, tendo recebido o apoio da bancada do Pará no Congresso. Há 15 dias, produtores e parlamentares tiveram



Ademir Andrade apontou omissão do governador do Pará, Almir Gabriel

encontro com o ministro da Reforma Agrária, Raul Jungmann, que prometeu resolver definitivamente a questão. O grupo também se reuniu com o ministro do Orçamento e Gestão, Martus Tavares, que igualmente prometeu analisar o assunto.

Além da liberação do dinheiro, Ademir Andrade está pleiteando a privatização da usina, desde que os compradores sejam os próprios produtores ou que o novo dono se comprometa a adquirir a produção deles. O senador criticou em seu discurso a omissão do governador Almir Gabriel, que não estaria empenhado em ajudar os produtores.



Geraldo Melo e Heráclito Fortes participaram da solenidade

## Senado e Câmara realizam cerimônia do Dia da Bandeira

Com a presença dos primeiros vice-presidentes do Senado, Geraldo Melo (PSDB-RN), e da Câmara, deputado Heráclito Fortes (PFL-PI), foi realizada, na última sexta-feira, a cerimônia de comemoração do Dia da Bandeira. Os pavilhões foram hasteados, simultaneamente, pelas autoridades, em frente às duas Casas do Congresso, ao

som do Hino Nacional, executado pela Banda da Aeronáutica.

Coube à guarda de honra do Senado, formada pelos Dragões da Independência, levar a bandeira até o mastro. Alunos da rede pública do Distrito Federal participaram do ato, que foi organizado pelas secretarias de Relações Públicas do Senado e da Câmara.

## PROGRAMAÇÃO



### TV SENADO

#### HOJE

6h — Saúde Todo Dia — Tai chi chuan  
6h30 — Especial Unip — Respiração — 1ª parte  
7h — Saúde Todo Dia — Squash  
7h30 — Especial Unip — Respiração — 1ª parte  
8h — Cores do Brasil — Belém  
8h30 — Entrevista — Senador Luiz Estevão fala sobre relatório da CPI do Judiciário  
9h — Cidadania — O senador Mauro Miranda e a deputada Marisa Serrano abordam o assunto: moradia como direito social  
10h — Subcomissão de Rádio e TV (gravado)  
12h — Entrevista — Senador Luiz Estevão fala sobre relatório da CPI do Judiciário  
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)  
18h30 — Entrevista — Senador Maguito Vilela fala sobre relatório da Comissão da Pobreza  
19h — Cores do Brasil — Pará  
19h30 — Debate — Vida e obra do senador João Calmon  
20h30 — Entrevista — Senador Tião Viana fala sobre projeto para erradicação da pobreza  
21h — Jornal do Senado

21h30 — Cidadania — Senador Mauro Miranda e a deputada Marisa Serrano abordam o assunto: moradia como direito social  
22h30 — Sessão do Plenária (reapresentação)

### RÁDIO SENADO

#### HOJE

8h — Agenda Senado  
Em seguida — Música e informação  
14h30 — Sessão Plenária do Senado (ao vivo)  
Em seguida — Música e informação  
19h — A Voz do Brasil  
Em seguida — Música e informação  
20h30 — Senado em Linha Direta — Edição Nordeste  
Em seguida — Música e informação  
21h — Senado em Linha Direta — Edição Norte/Centro-Oeste  
Em seguida — Música e informação  
21h30 — Senado em Linha Direta — Edição Sul/Sudeste  
Em seguida — Música e informação  
0h — Sessão Plenária do Senado (reprise)  
Em seguida — Música e informação

# Roberto Requião acusa FHC de tentar esconder escândalo

Senador diz que o ministro Rafael Greca liberou bingos irregularmente, mas é protegido pelo presidente e pela base governista no Congresso

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) disse que o presidente Fernando Henrique Cardoso protege, em comum acordo com a sua base de sustentação no Congresso, o ministro do Esporte e Turismo, Rafael Greca, que vem sendo acusado de envolvimento na liberação irregular de bingos. Para Requião, isto ficou evidente durante o depoimento do ministro no plenário do Senado, na última quinta-feira.

Segundo Requião, "o ministro foi poupado pelo plenário", que perdeu uma grande oportunidade de desvendar "um dos maiores escândalos já ocorridos neste país". Para o senador, "o Senado foi suave com o ministro", apesar de o Ministério Público e a Polícia Federal terem reunido provas suficientes para incriminar Greca. A banca de apoio ao governo, "de maneira irracional", permitiu que o ministro respondesse grande parte das perguntas de forma evasiva, não acrescentando nada aos fatos, acrescentou Requião.

Ele afirmou que o senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) tentou

desqualificar as denúncias, sob o argumento de que teriam como base uma carta anônima encaminhada ao Palácio do Planalto. Frisou que as informações que enviou ao presidente da República lhe foram passadas por pessoa que conhece e da qual não revelou o nome para salvaguardá-la, tendo ele mesmo subscrito as denúncias, "como cidadão e senador da República".

As denúncias tiveram origem, destacou, em escutas telefônicas patrocinadas pelo Ministério Público italiano. Foram essas escutas que revelaram, conforme informou, que a máfia italiana estava desenvolvendo no Brasil a chamada "Operação São Paulo", destinada à lavagem de dinheiro através dos jogos eletrônicos.

"Não aceito essa desqualificação. Não há denúncia anônima. O que existe são fatos que incriminam o ministro e vários de seus assessores", disse, acrescentando que o escândalo envolvendo os bingos não se esgotará com a vinda de Greca ao Senado. O Ministério Público, disse, dará andamento legal ao pro-

cesso de incriminação e tentará esclarecer todas as denúncias.

Depois de insistir que escândalos como os do bingo "estão sendo escondidos com a complacência do próprio governo", Requião afirmou que a Portaria nº 23, que legalizou as máquinas de jogo, teria custado US\$ 150 mil aos donos das casas de bingo, que, denunciou, pagaram US\$ 15 mil para cada nova autorização de funcionamento.

Roberto Requião também rechaçou afirmações do ministro do Esporte e Turismo segundo as quais não teve nenhuma responsabilidade pela redação da Portaria nº 23. Segundo ele, Greca chegou a induzir ao erro o próprio presidente da República ao apresentar à Casa Civil uma única MP, que liberava as máquinas de jogo no país. E citou declarações do ministro ao programa "Grito da Cidade", da TV Bandeirantes, atribuindo ao presidente Fernando Henrique a responsabilidade pela abertura dos jogos de bingo no país.

Requião discordou da análise do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, de que a questão era "uma disputa provincial", lembrando que a investigação foi iniciada pelo Ministério Público Federal. "A máfia está agindo no mundo todo. Não há interesse provinciano nisso", concluiu.



Segundo Requião, Greca foi "poupado" durante o seu depoimento no Senado

## Moreira Mendes defende o fim das casas de bingo

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) defendeu sexta-feira o fim dos bingos no Brasil. Ele considera oportuna a apresentação de projeto nesse sentido pelo senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) e acredita que a conclusão das discussões que envolvem o ministro do Esporte e Turismo, Rafael Greca, é que "o jogo é nefasto, pernicioso, promíscuo e desagregador".

— O jogo, em qualquer modalidade, seja bingo, caça-níqueis ou cassinos, deve ser veementemente rejeitado pela sociedade brasileira. Não é possível que não se possa encontrar outro meio para incentivar o desporto que não a fantasia dos bingos. Fantasia porque não soma nada ao fomento do desporto, apenas enche o bolso de seus proprie-

tários — afirmou.

O senador acrescentou que, ao ouvir o relato de Greca, teve impressão de que se trata "muito mais de uma orquestração regional para desestabilizá-lo e condená-lo previamente". Para o senador, o ministro demonstrou com clareza e propriedade que ao, tomar conhecimento das denúncias, adotou as providências necessárias à elucidação dos fatos, inclusive abrindo mão do sigilo bancário e telefônico.

Moreira Mendes acredita que se deve deixar para a Polícia Federal e o Ministério Público a apuração dos fatos, que deverão ser examinados pela Justiça, "poder competente para o julgamento". Moreira acredita que aos senadores compete a responsabilidade de produzir leis



Na opinião de Moreira Mendes, os bingos "não somam nada ao fomento do desporto" no país

"que venham a extirpar este câncer que é o jogo em qualquer de suas modalidades".

— O ministro já deu as explicações necessárias e incontestes. Que volte ao seu trabalho, que tem sido intenso, dedicado e competente no sentido de dar à indústria brasileira de turismo o lugar de destaque merecido no contexto mundial — completou Moreira Mendes.



## COMO SINTONIZAR

### TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 Hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC/MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

### RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:

- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínima) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

# Tião Viana pede combate mais eficiente ao diabetes

Senador afirma que doença atinge 5 milhões de pessoas no Brasil e é uma das maiores causas de acidentes cardiovasculares e cegueira

O senador Tião Viana (PT-AC) defendeu a adoção de políticas públicas mais eficientes na área da saúde para diagnosticar, combater e controlar o diabetes melito, que atinge cerca de cinco milhões de pessoas no Brasil e é uma das maiores causas de acidentes cardiovasculares, amputações



Tião Viana acusa o poder público de estar agindo de maneira errada

de membros inferiores e cegueira. Quando a doença é diagnosticada a tempo e é tratada, esses males podem ser evitados, alertou o senador, que fez um registro da passagem do Dia Nacional de Combate ao Diabetes, no dia 14 deste mês.

— O poder público está agindo de maneira errada. A doença precisa

ser combatida, pois a previsão é de que três milhões de pessoas irão desenvolver diabetes no país em muito breve se não forem adotadas medidas de controle do peso, da pressão arterial e de combate ao sedentarismo — afirmou.

De acordo com Tião Viana, 90% dos casos de diabetes são do tipo dois, que não necessita de insulina. De 5% a 10% dos casos são do tipo um, que precisa de insulina para controlar a quantidade de açúcar no organismo. Existe ainda, acrescentou, o diabetes gestacional, que ocorre em torno de 2% a 3% das gestações. No Brasil, informou, a prevalência do diabetes na população urbana de 30

a 69 anos é de 7,6%, semelhante à de países desenvolvidos. Mas a metade dos diabéticos brasileiros desconhece o diagnóstico.

A doença ataca homens e mulheres e aumenta consideravelmente com a idade. Afeta a saúde física e psíquica do portador, abala suas atividades sociais e no trabalho, além de causar prejuízos financeiros. Segundo o senador, um diabético gasta por mês, no mínimo, R\$ 250,00 com medicamentos.

Um dos sintomas mais visíveis, conforme Tião Viana, é a formação de úlceras que não cicatrizam no pé do diabético. O senador ressaltou que apenas o governo do Distrito Federal tem programa de distribuição gratuita de medicamentos para diabéticos. Ele elogiou o serviço médico do Senado, que adotou um programa específico para combater e controlar a doença.



Patrocínio afirma que as diferentes camadas da população devem ser esclarecidas sobre a importância do transplante

## Patrocínio quer campanha de esclarecimento para aumentar número de doadores de órgãos

O Brasil faz poucos transplantes de órgãos em comparação a outros países, sendo necessária a realização de campanhas de esclarecimento para aumentar o número de doadores, afirmou na sexta-feira o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO). O senador disse que a posição do Brasil “é vergonhosa”, se comparada à de outros países, lembrando que a França fez 500 transplantes de coração em 1998, enquanto o Brasil, com maior população, realizou apenas 87.

Na Espanha, acrescentou, a espera por um transplante não é de mais do que três meses, enquanto no Brasil há pessoas na fila há mais de dez anos e sem esperanças de conseguir sobreviver. No Brasil, continuou Patrocínio, para cada um milhão de habitantes são captados, no máximo, três órgãos humanos para transplantes. Na Espanha, a média é de 29 órgãos.

— É preciso desencadear uma série de campanhas de esclarecimento em todos os estados, para

que as diferentes camadas da população sejam informadas sobre a importância dos transplantes. Deve-se explicar ao povo que a morte cerebral é irreversível, mas que o coração ainda pode bater inutilmente por 24 horas. E é justamente nesse período que podem ser retirados os órgãos para transplantes — disse.

A desigualdade regional também se manifesta na questão dos transplantes, disse Carlos Patrocínio. Segundo o senador, os centros mais avançados na realização de transplantes são os estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraná. No Nordeste, a situação é mais difícil e é ainda mais crítica no Norte. Cerca de 80% dos transplantes feitos no país estão no Sul e no Sudeste, informou.

A conclusão do senador é de que, apesar da aprovação da lei que torna todos doadores, a menos que se manifestem em contrário, a atitude dos brasileiros ainda é de rejeição a essa medida.

## Nabor cobra mais responsabilidade da televisão

Um código com princípios verdadeiramente éticos para as emissões de TV. Foi o que pediu, na sexta-feira, o senador Nabor Júnior (PMDB-AC). Para ele, “há que se cobrar dos concessionários do poder público uma responsabilidade mais concreta quanto à programação que mandam ao ar”.

Nabor Júnior pediu a transcrição, nos Anais do Senado, de artigo de autoria do presidente da Radiobrás, jornalista Carlos Zarur, publicado pelo *Jornal do Brasil*. O texto ressalta o “descontrole das grades das emissoras comerciais”, cujos programas jornalísticos mostram “as cenas de horror que vivemos ultimamente” e a programação de entretenimento “fomenta a violência que nos agride dentro de casa”.

O dirigente da Radiobrás culpa a violência na programação pela “explosão de agressões irracionais que assustam a sociedade”. Para ele, é necessário que a televisão, como um dos mais persuasivos condutores sociais, assumira sua responsabilidade. “Não podemos conviver com a hipocrisia de ter, em um mesmo veículo, os dois

lados da moeda: a causa do crime e sua denúncia”, citou Nabor Júnior, da tribuna do plenário.

O senador ressaltou que o autor da chacina em um cinema paulistano “optou pelo uso de uma arma leve e poderosa por saber que alcançaria assim uma divulgação muito maior para seu desvairado comportamento”. Ao comentar a chacina, o parlamentar se disse favorável ao projeto de lei que restringe o comércio regular de armas no Brasil, mas ressaltou que o arsenal dos criminosos não foi adquirido com nota fiscal.

— Ignorar esse pressuposto terá apenas um sentido: o de iludir a sociedade, fazendo-a acreditar que, ao evitar que o cidadão compre um revólver, em busca de segurança pessoal, o Estado terá cumprido seu dever. Nada mais falso! — afirmou.

Nabor Júnior ressaltou que o acusado de vender a metralhado-



Nabor criticou, também, a precariedade do sistema penal e carcerário do país

ra ao assassino do *shopping* também traficava drogas e estava em liberdade condicional. O senador criticou “a precariedade do sistema penal e carcerário nacional, que não consegue manter atrás das grades indivíduos notoriamente nocivos à sociedade”.

O parlamentar citou também entrevista do especialista em segurança norte-americano James Wygand, publicada pela revista *Veja*. Para Wygand, o Brasil tem de se cuidar para que outros desequilibrados não cometam outras chacinas, inspirados no “sucesso” que o caso da chacina no cinema obteve na mídia.

Por fim, o senador perguntou se o desfile de jovens nuas em bailes *funk* na periferia do Rio de Janeiro não são uma conseqüência da erotização precoce de meninas em programas infantis.

## Alcântara presta homenagem a frei que atuou no Nordeste

O falecimento do religioso Lauro Schwartz, aos 64 anos, ocorrido no início do mês, na Alemanha, foi lamentado pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), que pediu a transcrição nos Anais do artigo da jornalista Márcia Gurgel, sob o título “O exemplo de frei Lauro”, publicado no jornal *O Povo*, do Ceará.

De ordem franciscana, frei Lauro optou pelo Brasil, disse o senador, acrescentando que ele deixou grandes saudades e o registro profícuo de suas atividades sacerdotais em todas as comunidades por onde esteve.

— Durante uma década, entre os anos 60 e 70, foi o verdadeiro protetor dos jovens de Otávio Bonfim, região da cidade de Fortaleza. Na paróquia de Nossa Senhora das Dores, suas atividades sempre demonstraram inestimável alcance social. Era o amigo, o pai, o conselheiro dos adolescentes daquele bairro — afirmou.

Lúcio Alcântara disse que frei Lauro, “um apaixonado pelo Brasil”, teve a oportunidade de servir, além de Fortaleza, as cidades de Salvador, Aracaju e Campina Grande.